



**ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU – REALIZADA EM 22 DE JANEIRO DE 2024, INSCRITA NO CNPJ SOB N° 47.865.597/0001-09 E NIRE N° 3530003189-0.**

---

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de 2024, reuniram-se: as Sra. Iêda Aparecida Patrício Novais (Coordenadora do Comitê), Sra. Daniella Breches Böttcher (Membro), Sra. Grace Maria Silva Urbano (Membro), Sra. Karina Fonseca Lima (Membro) e Sr. Luiz Carlos Nannini (Membro do Comitê). Convidados: Sr. João Antônio Bueno e Souza (Superintendente Jurídico), Sra. Maria Claudia Pereira de Souza (Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), Sra. Monica Theresinha Bartie Rossi (Superintendente de Planejamento e Operações), Sra. Rosangela Paulino da Silva (Gerente de Contabilidade), Sr. Silvio Boimel (Superintendente de Finanças), Sra. Cristina Alves da Silva da The Media Group, Sr. Diego Bastos (Partner) e Sr. Thiago Vieira (Sênior Manager) da BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES S/S, Sr. Maurício Akhnaton Dorini (Líder da Auditoria Interna), Sr. Edivaldo Marinho de Oliveira e o Sr. Dauton Emerson de Mello (Gerente do Societário) para secretariar a sessão.

**Ordem do dia:** 1) Relatório de sustentabilidade; 2) Perdas prováveis e provisões e Honorários Advocatícios; 3) Plano da auditoria externa para as DFs de 2023 (para ser apresentada na reunião do Conselho); 4) Relatórios da Auditoria Interna – “Auditoria de gestão de obras habitacionais” e “Compras por Licitação”.

O Conselho de Administração da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, em Reunião realizada em 20/10/2021 acolhendo recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário que a divulgação das atas sejam efetivadas apenas por extrato, considerando o notório caráter confidencial dos assuntos tratados no seu âmbito de atuação e de suas reuniões, devendo as atas na íntegra permanecer arquivadas na Companhia, para exame dos órgãos de controle em consonância com os parágrafos 2º a 5º do artigo 86 da Lei Federal nº 13.303/2016.